



**Ministério da Educação**

Universidade Federal da Grande Dourados



**Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD**  
Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD



**Ministério da Educação**

## **Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD**

### **Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD**

**Dourados, 2018**

**RCPG 2017**

**UFGD**  
**Universidade Federal  
da Grande Dourados**

## **RELAÇÃO DOS DIRIGENTES**

Liane Maria Calarge

**Reitora**

Marcio Eduardo de Barros

**Vice-Reitor**

Cristiane Stolte

**Pró-Reitora de Avaliação Institucional e Planejamento**

Paula Pinheiro Padovese Peixoto

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação**

Kely de Picoli Souza

**Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa**

Juliana Rosa Carrijo Mauad

**Pró-Reitora de Extensão e Cultura**

Vander Soares Matoso

**Pró-Reitor de Administração**

Caio Luis Chiarello

**Pró-Reitor de Gestão de Pessoas**

Pablo Christiano Barboza Lollo

**Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis**

Waltecir Cardoso Pereira

**Prefeito Universitário**

Diretor: Prof. Rogério Silva Pereira

Vice-Diretora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristiane Helena Parré Gonçalves

**Faculdade de Comunicação, Artes e Letras**

Diretor: Prof. Dr. Antônio Carlos Vaz Lopes

Vice-Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Correia Alves

**Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia**

Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elizabeth Matos Rocha

Vice-Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Rosana de Fatima Jane

**Faculdade de Educação à Distância**

Diretor: Prof. Dr. Adão Antônio da Silva

Vice-Diretor: Prof. Dr. Lucas Pizzuti

**Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia**

Diretor: Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Mario Teixeira de Sá Junior  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**

Diretor: Prof. Dr. Mário Sérgio Vaz da Silva  
Vice-Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eugênia Portela de Siqueira Marques  
**Faculdade de Educação**

Diretor: Prof. Dr. Etienne Biasotto  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rogério da Silva Santos  
**Faculdade de Engenharia**

Diretor: Prof. Dr. Guilherme Augusto Biscaro  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Alexandre Rodrigo Mendes Fernandes  
**Faculdade de Ciências Agrárias**

Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele Jane de Jesus  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Marcelo Fossa da Paz  
**Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais**

Diretor: Prof. Dr. Jones Dari Goettert  
Vice-Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alzira Salete Menegat  
**Faculdade de Ciências Humanas**

Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Aparecida Oesterreich  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Roberto Bertolotto  
**Faculdade de Ciências da Saúde**

Diretor: Prof. Dr. Antonio Dari Ramos  
Vice-Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Carvalho  
**Faculdade Intercultural Indígena**

# **ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL**

## **Divisão de Contabilidade**

Sandra Fernandes  
Fernanda de Oliveira Calisto  
Marcia Tomoko Sogame Carrijo  
Micheli Luani Pereira  
Renato Mello de Freitas

## **COLABORAÇÃO**

### **Setor de Contabilidade - HU/UFGD**

Anderson Carlos dos S. Barbosa

## **CAPA**

### **Assessoria de Comunicação Social**

João Gabriel Pereira Pimentel

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

ACS	Assessoria de Comunicação Social e Relações Públicas
Acum.	Acumulada
AFAC	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
AGU	Advocacia-Geral da União
AH	Análise Horizontal
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
Assist.	Assistenciais
AUDIN	Auditoria Interna
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CAAC	Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPP	Coordenadoria de Administração e Planejamento de Pessoal
CCOMP	Coordenadoria de Compras
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CEPEC	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CME	Central de Materiais Esterilizáveis
COAE	Coordenadoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
COC	Coordenadoria de Cultura
CODAS	Coordenadoria de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor
COEX	Coordenadoria de Extensão
COFIC	Coordenadoria de Formação e Integração Comunitária
COGESP	Coordenadoria de Gestão Patrimonial
COGRAD	Coordenadoria de Ensino de Graduação
COIN	Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
Const	Constituição
COOF	Coordenadoria de Gestão e Recursos Orçamentários e Financeiros
COORD.	Coordenadoria
COPG	Coordenadoria de Pós-Graduação
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento
COPQ	Coordenadoria de Pesquisa
COUNI	Conselho Universitário
CS	Contribuição Social
Depr.	Depreciação

DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DIPLAN	Divisão de Planejamento
PMD	Prefeitura Municipal de Dourados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Dot.	Dotação
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EAD	Faculdade de Educação à Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Emp.	Empenhada
Equipam.	Equipamentos
ESAI	Escritório de Assuntos Internacionais
FACALE	Faculdade de Comunicação, Artes e Letras
FACE	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
FACET	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias
FADIR	Faculdade de Direito e Relações Internacionais
FAED	Faculdade de Educação
FAEN	Faculdade de Engenharia
FAIND	Faculdade Intercultural Indígena
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCBA	Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais
FCH	Faculdade de Ciências Humanas
FCS	Faculdade de Ciências da Saúde
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HU/UFGD	Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal da Grande
IR	Imposto de Renda
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
NEAB	Núcleo De Estudos Afro-Brasileiros
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Pag.	Pagar
Patr.	Patrimoniais
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
Previd.	Previdenciárias
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAP	Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento

PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROPP	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Realiz.	Realização
Res.	Reserva
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RMA	Relatório de Movimentação de Almoarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RP	Restos a pagar
RPA	Serviço de Recuperação Pós Anestésica
RPPS	Regime Próprio da Previdência Social
SEMS	Secretaria Municipal de Saúde
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOC	Secretaria dos Órgãos Colegiados
SPIUnet	Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
Trabalh.	Trabalhistas
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UG	Unidade Gestora
Vend.	Vendidos
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Imobilizado - Composição .....	42
Tabela 2 - Bens Móveis - Composição .....	42
Tabela 3 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas - Composição .....	43
Tabela 4 - Bens Imóveis - Composição.....	44
Tabela 5 - Bens de Uso Especial – Composição .....	44
Tabela 6 - Intangível – Composição .....	46
Tabela 7 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição .....	47
Tabela 8 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante.....	47
Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor .....	47
Tabela 10 - Obrigações Contratuais - Composição.....	48
Tabela 11 - Obrigações Contratuais - Por Unidade Gestora Contratante.....	49
Tabela 12 - Obrigações Contratuais - Por Contratado .....	49
Tabela 13 - Demonstrativo da contrapartida dos itens que compõem os itens Imobilizado e Intangível.....	52
Tabela 14 - Demonstrativo da contrapartida dos itens que compõem o item Fornecedores e Contas a Pagar.....	52
Tabela 15 - Receitas e despesas por categoria econômica .....	53
Tabela 16 - Receitas Correntes Realizadas - Categoria Econômica.....	54
Tabela 17 - Receitas Correntes Realizadas - Composição .....	54
Tabela 18 - Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo - Composição .....	55
Tabela 19 - Restos a Pagar - Composição.....	55
Tabela 20 - Restos a Pagar - Execução .....	56
Tabela 21 - Total de Ingressos .....	56
Tabela 22 - Total de Dispêndios .....	57
Tabela 23 - Resultado Financeiro - Metodologia 1 .....	57
Tabela 24 - Resultado Financeiro – Metodologia 2 .....	57
Tabela 25 - Resultado Financeiro BF x DFC .....	58
Tabela 26 - Atividades DFC.....	58
Tabela 27 - Ingressos operacionais DFC.....	59
Tabela 28 - Dispêndios operacionais DFC.....	59
Tabela 29 - Atividades de investimento DFC .....	60

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	12
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).....	13
Hospital Universitário (HU-UFGD).....	14
Normas e Regulamentos de criação, Alteração e Funcionamento da Unidade .....	15
UFGD .....	15
HU-UFGD.....	16
Organograma - UFGD.....	17
Organograma – HU/UFGD .....	18
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	19
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UFGD.....	21
Balanço Patrimonial .....	22
Quadro das Contas de Compensação .....	23
Quadro do Superávit / Déficit Financeiros.....	23
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	24
Balanço Orçamentário.....	26
Execução dos Restos a Pagar não Processados .....	28
Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados .....	28
Balanço Financeiro.....	29
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	31
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	33
NOTAS EXPLICATIVAS .....	35
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	35
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....	35
3 - Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial .....	41
NE 01 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo .....	41
NE 02 – Estoques .....	41
NE 03 – Imobilizado .....	41
Bens Móveis.....	42
Bens Imóveis.....	43
NE 04 – Intangível .....	46
NE 05 – Fornecedores e Contas a Pagar .....	47
NE 06 – Obrigações Contratuais .....	48
NE 07 – Ajuste de Exercícios Anteriores.....	50

4 - Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP .....	50
NE 08 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo .....	51
NE 09 - Estoques.....	51
NE 10 - Imobilizado.....	51
NE 11 - Intangível.....	52
NE 12 - Fornecedores e Contas a Pagar .....	52
5 - Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário.....	53
NE 13 - Receitas.....	53
NE 14 - Despesas .....	54
NE 15 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar .....	55
6 - Notas Explicativas ao Balanço Financeiro.....	56
7 - Notas Explicativas à Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC): .....	58
NE 16 – Evolução da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa de 2016 para 2017. .....	58
NE 17 - Atividades operacionais – composição dos ingressos. ....	58
NE 18 – Atividades operacionais – dispêndios .....	59
NE 19 – Atividades de investimento.....	60
NE 20 – Atividades de Financiamento.....	60

## APRESENTAÇÃO

O Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) é um relatório contábil elaborado, por recomendação do Tribunal de Contas da União, para atender às necessidades dos usuários em geral. O RCPG é componente central da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a.

O Relatório Contábil de Propósito Geral abrange as demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações úteis sobre a entidade do setor público, voltadas para os usuários do RCPG para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para subsidiar os processos decisórios.

O Sistema de Contabilidade Federal é composto pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central e pelos órgãos setoriais. Os órgãos setoriais são as unidades de gestão responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A Setorial Contábil de Órgão da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) é composta pelas Setoriais Contábeis de Unidades Gestoras: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, como setorial contábil central e Hospital Universitário (HU/UFGD), subordinada à Setorial Contábil de Órgão Superior do Ministério da Educação (MEC). Os órgãos setoriais são sujeitos às orientações normativas e à supervisão do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

Posto isso, o Relatório Contábil de Propósito Geral, elaborado pela Divisão de Contabilidade, da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, da Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento, faz uma breve contextualização das Unidades Gestoras UFGD e HU/UFGD, apresenta a Declaração do Contador Responsável, as Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD, ou seja, com informações das Unidades Gestoras UFGD e HU/UFGD e Notas Explicativas dos itens mais relevantes.

## **Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)**

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados foi instituída através da Lei n.º 11.153, de 29 de julho de 2005, e tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, pautada na democracia e justiça social. Para tal, empenha esforços no sentido de oferecer formação diferenciada aos profissionais, bem como busca ofertar serviços de qualidade que correspondam às aspirações da comunidade, sua missão é:

Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social.

Destaca-se ainda, que a UFGD tem estabelecido compromissos sociais importantes, baseados nos princípios de cidadania, ética e do respeito às diferenças, de modo a valorizar o ser humano, indo ao encontro com o que foi estabelecido pela Instituição como visão de futuro, ou seja, “ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção do conhecimento e por sua filosofia humanista e democrática”.

A Instituição desenvolve pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento promovendo o ensino, a cultura, a produção científica e tecnológica, bem como a extensão universitária, com o objetivo de produzir conhecimento, ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, para a reflexão crítica, redução de desigualdades sociais e para a solidariedade entre os povos.

Esses valores são fundamentais e indispensáveis para a existência da UFGD, e por essa razão estão contemplados em seu Estatuto, tornando-se um guia para realização de suas metas, conforme pode ser verificado a seguir:

I - Promoverá todas as formas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;

II – Ministrará o ensino visando a formação de pessoas para o atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho urbano e do campo;

III – Contribuirá para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e para o desenvolvimento de atividades que promovam a difusão do conhecimento;

IV - Constituir-se-á em fator de integração e de promoção da cultura nacional e da formação de cidadãos;

V – Promoverá estudos quanto aos problemas socioeconômicos da comunidade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;

VI - Integrar-se-á às regiões em que está inserida, pela extensão da educação, da pesquisa e de atividades de prestação de serviços;

VI – Adotará políticas e programas públicos de investimentos em ensino e pesquisa e de formação de docentes e pesquisadores;

VIII - Cooperará com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

Destaca-se que a UFGD, enquanto universidade pública, deve corresponder aos anseios da sociedade em sua plenitude, sendo o mais acessível possível em termos de igualdade de oportunidades. Neste sentido, esta Instituição tem se mantido no caminho da ética e da moralidade, tendo como premissa norteadora a garantia ao direito de acesso do cidadão ao ensino superior público e de qualidade. Para tal, propicia novas oportunidades de acesso à Graduação e à Pós-Graduação, seja com a oferta de cursos novos, aumento do número de vagas, políticas de permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica, dentre outras.

### **Hospital Universitário (HU-UFGD)**

O Hospital Universitário é órgão suplementar da Universidade Federal da Grande Dourados, vinculado aos Ministérios da Educação e da Saúde e é filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Constitui-se como referência na assistência pública à saúde da população distribuída em 33 municípios da região da Grande Dourados, incluindo a população indígena e de fronteira (Paraguai).

A missão do HU-UFGD é: “Promover a assistência à saúde de forma indissociável com o ensino, a pesquisa e a extensão, em regime ambulatorial e de internação, 100% SUS referenciado e com foco na média e alta complexidade multidisciplinar, com qualidade e humanização, regulada e em rede com as demais organizações do SUS”.

O modelo assistencial é voltado às necessidades de saúde da população, formação, ensino e pesquisa. O perfil de atendimento é ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade, sendo referência para cirurgias eletivas (cirurgia cabeça / pescoço, cirurgia geral, oftalmologia, entre outros). Na linha de cuidado adulto, o HU-UFGD é referência para clínica médica (saúde mental, nefrologia, HIV-AIDS, hematologia, endocrinologia, neurologia, cardiologia, reumatologia, oncologia, entre outros). Na saúde da criança, é a única referência em clínica pediátrica na macrorregião da Grande Dourados e nos cuidados intensivos o hospital dispõe de unidades de terapia intensiva adulto, pediátrico e neonatal (incluindo, cuidados intermediários). Na atenção ao parto e nascimento possui atendimento porta-aberta<sup>1</sup> no serviço de ginecologia e obstetrícia, sendo referência regional no Sistema Único de Saúde (SUS) para gravidez de alto risco tipo II.

---

<sup>1</sup> Termo que significa que o atendimento é por demanda espontânea, sem necessidade de encaminhamento por outra instituição de saúde.

## **Normas e Regulamentos de criação, Alteração e Funcionamento da Unidade**

### **UFGD**

A UFGD foi criada por meio da Lei n.º 11.153, de 29 de julho de 2005, com a finalidade de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

O Estatuto da UFGD foi aprovado pelo MEC e publicação no DOU de 21 de setembro de 2006, p. 28, seção 1. O Regimento do Conselho Universitário (COUNI) encontra-se aprovado (Resolução do COUNI n.º 17/2007, de 15 de fevereiro de 2007), assim como outras normas internas, sempre pautadas na legislação e na Constituição Federal.

Sua estrutura administrativa foi aprovada e instalada de acordo com a Resolução do COUNI n.º 71/2008, de 17 de setembro de 2008 e posteriormente alterada conforme a Resolução do COUNI n.º 129/2011, de 06 de setembro de 2011, Resolução do COUNI n.º 97/2012, de 05 de outubro de 2012, Resolução do COUNI n.º 23/2013, de 01 de março de 2013, e Resolução do COUNI n.º 98, de 12 de agosto de 2014.

Todos os conselhos superiores existentes, bem como as demais instâncias deliberativas e/ou consultivas têm seus regimentos e/ou regulamentos internos.

A Criação do HU/UFGD foi feita via Resolução COUNI n.º 72 de 11 de julho de 2008, publicado no DOU em 08 de agosto de 2008. A Lei Municipal n.º 3.118/2008, de 09 de julho de 2008, autorizou a incorporação do patrimônio do Hospital ao HU/UFGD. A Resolução COUNI n.º 37, de 22 de maio de 2009, publicado em 29 de maio de 2009 que aprova o Regimento Interno do Hospital Universitário.

A Resolução COUNI n.º 01/2009, de 13 de fevereiro de 2009 aprovou a Estrutura Administrativa do HU/UFGD, sendo esta alterada pela Resolução do COUNI n.º 146/2011, de 24 de outubro de 2011, e posteriormente pela Resolução do COUNI n.º 201/2011, de 19 de dezembro de 2011.

A minuta de contrato entre a UFGD e EBSERH foi feita pela Resolução COUNI n.º 51/2013, de 27 de maio de 2013 e o contrato visando a gestão sem ônus do HU foi aprovado pela Resolução COUNI n.º 136, de 25 de setembro de 2013.

A previsão de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação até 2021 foi aprovada pela Resolução COUNI n.º 43/2013, de 05 de maio de 2013.

O Plano de Expansão Acadêmica da Graduação foi aprovado pela Resolução COUNI n.º 44/2013, de 05 de maio de 2013. Já a Resolução COUNI n.º 54/2013, de 05 de maio de 2013 aprovou as alterações no Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) que decorreu do processo de Avaliação aprovada na Res. n.º 130/2011.

A Resolução COUNI n.º 10/2013, de 01 de março de 2013 aprovou a Política Ambiental da UFGD, bem como pela Resolução *ad referendum* COUNI n.º 195/2013, de 27 de dezembro de 2013 aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da

UFGD. Além da Resolução *ad referendum* COUNI n.º 196/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD. Integrada ainda, tem-se a Resolução *ad referendum* COUNI n.º 197/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Logística Sustentável da UFGD e a Resolução *ad referendum* COUNI n.º 202/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Segurança da Informação e Comunicação da UFGD.

## **HU-UFGD**

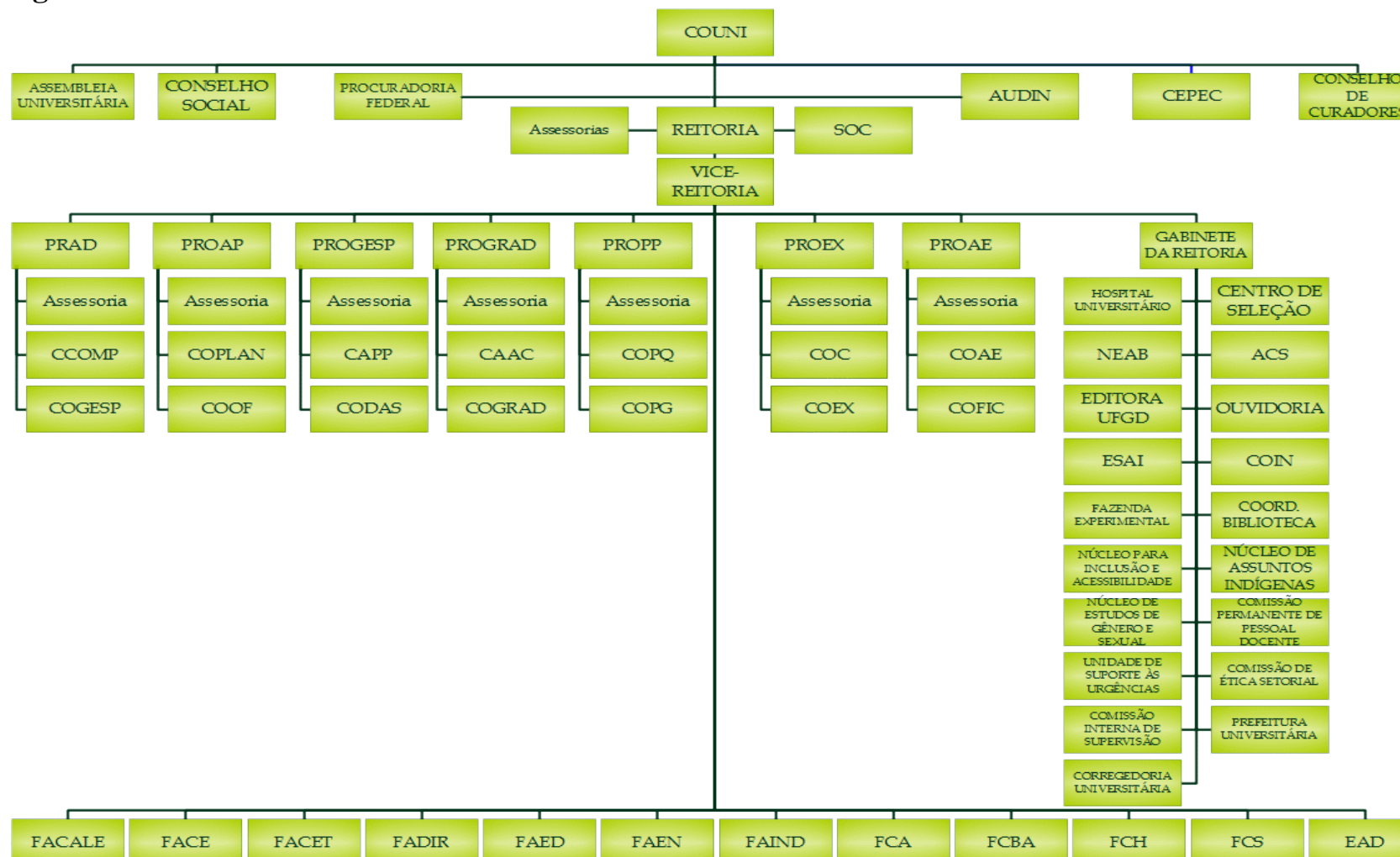
Quanto às diretrizes normativas do Hospital Universitário destacam-se a Resolução Conselho Universitário (COUNI) n.º 72, de 11/07/2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 08/08/2008, de sua criação como Órgão Suplementar da UFGD; a Lei Municipal de Dourados n.º 3.118, de 09/07/2008, publicado no DOU em 13/08/2008, que autorizou o executivo municipal a doar área pública à UFGD, e a Resolução COUNI n.º 37, de 22/08/2009, publicada em 29/05/2009, que aprovou o Regimento Interno do Hospital Universitário e permitiu sua consolidação.

Em 2013, a UFGD firmou contrato com a EBSEH a qual permitiu a transferência da gestão sem ônus do HU à empresa pública, por meio da Resolução COUNI n.º 136, de 25/09/2013.

Durante o exercício de 2017, destaca-se o Contrato Administrativo n.º 365/2017/DL/PMD, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMS) com a UFGD e com interveniência da Secretaria de Estado de Saúde (SES), a fim de integrar o hospital ao SUS, em sua esfera municipal.

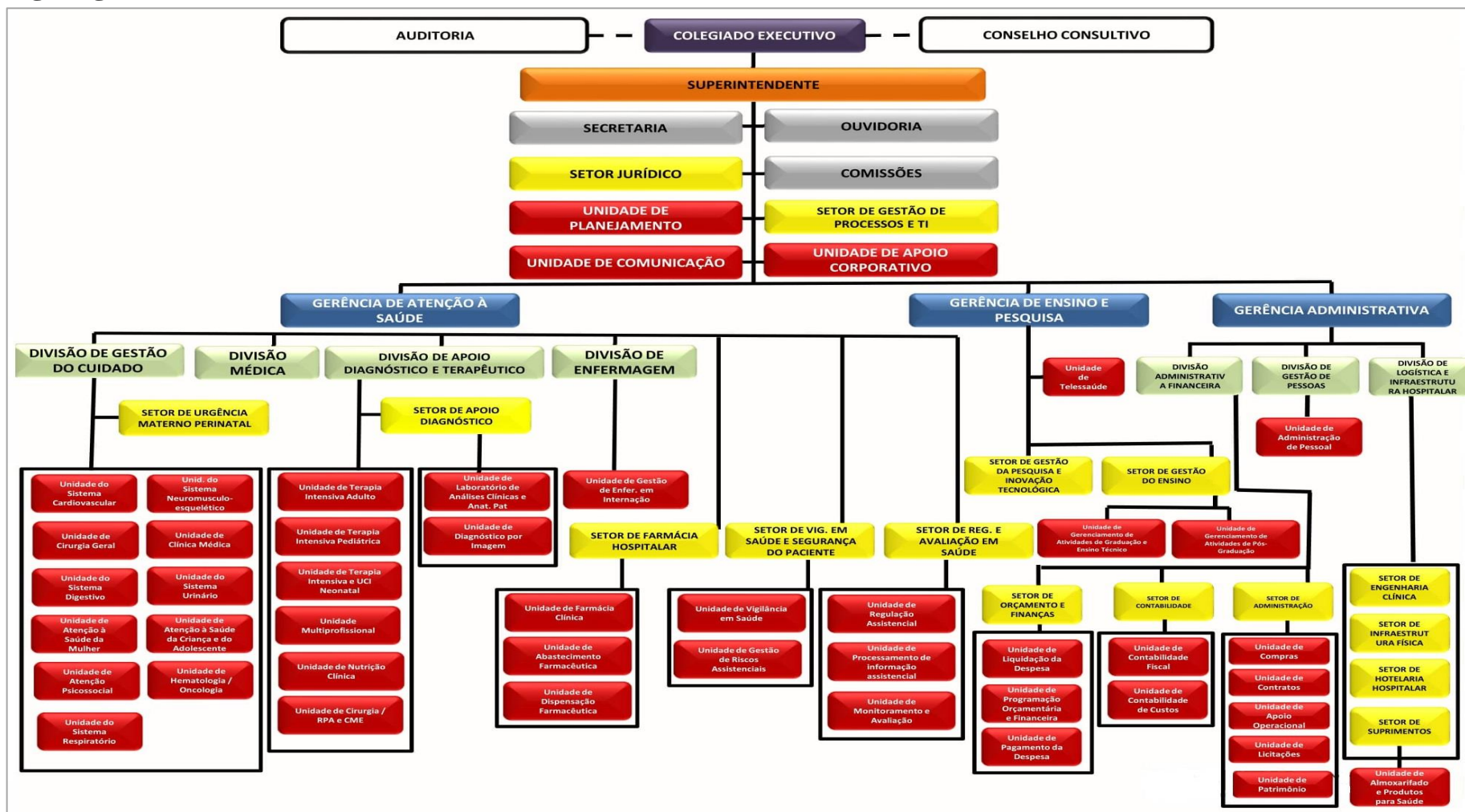


## Organograma - UFGD



Fonte: Gabinete da Reitoria. Resolução COUNI n.º 211, de 27 de novembro de 2017. Org.: DIPLAN/COPLAN/PROAP.

# Organograma – HU/UFGD



Fonte: Unidade de Planejamento/HU-UFGD/EBSERH. Maiores detalhes consultar: [http://www.ebserh.gov.br/documents/16692/383485/NOVO+Organograma\\_01.12.2017.pdf/128ff9b4-8101-4d19-89ba-757ed12c2473](http://www.ebserh.gov.br/documents/16692/383485/NOVO+Organograma_01.12.2017.pdf/128ff9b4-8101-4d19-89ba-757ed12c2473)

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>	
<b>Denominação completa (UPC)</b>	<b>Código do Órgão</b>
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	26350
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p style="text-align: center;">Restrição nas conformidades dos registros de gestão e contábil de 2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nas UG's: UFGD e HU/UFGD a restrição 302 - falta e/ou atraso de remessa relatório de movimentação de almoxarifado - RMA e falta e/ou atraso de remessa do relatório de movimentação de bens móveis - RMB;</li> <li>- Na UG: UFGD as restrições 642 e 643 - faltam depreciação, amortização e atualização monetária dos bens móveis e intangíveis;</li> <li>- Na UG: UFGD a restrição 625 - falta regularização/atualização provisão perdas prováveis conforme mensagem: 2016/0562102 – emissora: 150003 - Setorial de Contabilidade/MEC;</li> <li>- Na UG: HU/UFGD a restrição 635 - falta regularização/atualização provisão perdas prováveis conforme mensagem: 2016/0562102 – emissora: 150003 - Setorial de Contabilidade/MEC;</li> <li>- Nas UG's: UFGD e HU/UFGD a restrição 634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangível/outros conforme mensagem: 2016/0562102 – emissora: 150003 - Setorial de Contabilidade/MEC;</li> <li>- Na UG: HU/UFGD a restrição 315- falta registro da conformidade de registro de gestão referente ao dia 17/04/2017;</li> <li>- Nas UG's: UFGD e HU/UFGD: os valores registrados nas contas de estoque do ativo no balanço patrimonial da unidade não refletem adequadamente o saldo existente no almoxarifado de bens de consumo;</li> <li>- 676 – Saldo invertido – passivo circulante;</li> <li>- Na UG: UFGD: 0701 - controle da indicação de RPNP em liquidação;</li> <li>- A conta Bens Imóveis em Andamento não reflete os valores das obras que ainda não foram concluídas.</li> </ul> <p style="text-align: center;">As Justificativas e providências adotadas pelo órgão:</p> <p>Na UG: UFGD estão em processo de implantação o RMA e RMB. Quanto ao RMA, em 2015 deu início a aquisição de um sistema informatizado de controle patrimonial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, porém está na fase de implantação o módulo almoxarifado. Após a conclusão total será possível a emissão do RMA.</p> <p>A UG UFGD não realizou inventário do estoque do almoxarifado, porém já está previsto dentro do cronograma de implantação do novo sistema a regularização da avaliação e mensuração dos ativos de estoque visando prover dados fidedignos para migração das informações no novo módulo.</p> <p>Com relação ao RMB, a depreciação e a atualização monetária dos bens móveis; existem divergências entre os valores do Sistema do Patrimônio da UFGD e o SIAFI (tais como classificações, valores que não foram incorporados ao Sistema de Patrimônio da UFGD). Foram realizadas diversas reuniões com os setores envolvidos, no qual foi definido um calendário para a realização do inventário dos bens móveis para que, com o resultado real dos bens em uso, fosse possível implementar o RMB. Está em andamento a conciliação referente ao inventário de bens móveis e também a realização do inventário dos bens móveis. Tais atividades sofreram atraso devido à greve dos servidores técnico-administrativos, no período de novembro a dezembro/2017, rotatividade e falta de capacitação dos servidores do setor responsável. O trabalho ainda não foi concluído, não sendo possível ainda a implantação do RMB e da depreciação dos bens móveis.</p> <p>A UG: HU/UFGD informa que em breve será reimplantado o módulo de estoques no setor</p>	

de almoxarifado (devido a problemas operacionais) e espera-se que com a atualização do sistema, seja habilitado a opção de emissão do relatório de RMA mensalmente ao Setor de Contabilidade.

A UG HU/UFGD realiza mensalmente a depreciação dos bens móveis, bem como a amortização dos bens intangíveis. Falta a realização de inventário de bens permanentes nesta Unidade Gestora e existem bens inservíveis que estão registrados no ativo e que precisam ser baixados, bem como existem bens móveis a serem reavaliados e/ou incorporados no ativo da instituição.


Na UG UFGD não foram repassados mensalmente RMA para efetuar a baixa no SIAFI dos materiais que saíram do almoxarifado. No final do exercício de 2014 foi elaborado um inventário para ajustes dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico nas instalações de armazenagem, porém as informações apresentadas pelo sistema informatizado não eram fidedignas. Em 2017 não foi realizado um inventário físico dos saldos de estoques nos almoxarifados, conseqüentemente os valores registrados nas contas de estoque do ativo no balanço patrimonial da unidade não refletem adequadamente o saldo existente no almoxarifado de bens de consumo.

Com relação aos ativos intangíveis, a UFGD não realizou a amortização dos seus softwares, porém foram realizadas reuniões entre os setores contábil e patrimonial visando à solução deste problema.

Com relação às restrições 676 e 701, foram regularizadas no exercício corrente.

Com relação à conta Bens Imóveis em Andamento, não foram baixados os valores das obras concluídas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	Dourados (MS)	<b>Data</b>	27 de abril 2018
<b>Contador Responsável</b>	 Sandra Fernandes	<b>CRC nº</b>	MS-008578/O-0

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
CONSOLIDADAS DA UFGD**

## Balço Patrimonial

Exercício: 2017

R\$

<b>ATIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>42.520.482,30</b>	<b>114.480.260,23</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.855.244,25	10.079.548,53
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.006.317,09	6.942.665,02
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	28.658.920,96	97.458.046,68
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>265.970.865,77</b>	<b>251.462.903,31</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	264.629.451,00	250.700.008,97
Bens Móveis	73.663.132,13	68.979.537,28
Bens Imóveis	191.421.610,44	181.720.471,69
Intangível	886.123,20	762.894,34
Diferido	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>308.491.348,07</b>	<b>365.943.163,54</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>	<b>10.118.944,33</b>	<b>14.506.149,66</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.036.011,25	2.851.875,91
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.732.124,27	10.753.319,24
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.350.808,81	900.954,51
<b>Passivo Não Circulante</b>	-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
<b>Total do Passivo Exigível</b>	<b>10.118.944,33</b>	<b>14.506.149,66</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Resultados Acumulados	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Resultado do Exercício	23.005.850,88	45.036.017,74
Resultados de Exercícios Anteriores	351.437.013,88	307.691.940,92
Ajustes de Exercícios Anteriores	-76.070.461,02	-1.290.944,78
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>298.372.403,74</b>	<b>351.437.013,88</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>308.491.348,07</b>	<b>365.943.163,54</b>

Fonte: Siafi, em 08/03/2018.

## Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Exercício: 2017

	R\$	
	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Ativo financeiro	12.855.244,25	10.079.548,53
Ativo permanente	295.636.103,82	355.863.615,01
<b>Total do Ativo (I)</b>	<b>308.493.365,07</b>	<b>365.945.179,54</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo financeiro	112.068.870,93	97.924.010,06
Passivo permanente	4.036.011,25	2.851.234,84
<b>Total Passivo (II)</b>	<b>116.104.882,18</b>	<b>100.775.244,9</b>
<b>Saldo patrimonial (I-II)</b>	<b>192.386.465,89</b>	<b>265.167.918,64</b>

Fonte: Siafi, em 08/03/2018.

## Quadro das Contas de Compensação

Exercício: 2017

	R\$	
	2017	2016
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	39.965.854,58	24.504.508,69
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.623.253,32	5.458.038,41
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	32.342.601,26	19.046.470,28
Direitos Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>39.965.854,58</b>	<b>24.504.508,69</b>
<b>Atos Potenciais Passivos</b>		
Execução dos Atos Potenciais Passivos	74.967.958,08	37.474.956,10
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	3.676.099,50	3.945.742,84
Obrigações Contratuais a Executar	71.291.858,58	33.529.213,26
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>Total dos atos Potenciais Passivos</b>	<b>74.967.958,08</b>	<b>37.474.956,10</b>

Fonte: Siafi, em 08/03/2018.

## Quadro do Superávit / Déficit Financeiros

Exercício: 2017

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$
SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-18.268.417,13</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-80.945.209,55</b>
Educação	-59.228.761,13
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-4.672.134,51
Operação de Crédito	-2.494.764,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-14.453.447,40
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-96.102,51
<b>TOTAL</b>	<b>-99.213.626,68</b>

Fonte: Siafi, em 08/03/2018.

## Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício: 2017

	R\$	
	2017	2016
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.976.083,87	2.191.360,64
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.976.083,87	2.191.360,64
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,06	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,06	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	341.239.160,67	300.530.099,74
Transferências Intragovernamentais	335.638.640,76	294.879.012,37
Transferências Intergovernamentais	4.741.170,06	5.570.896,38
Transferências das Instituições Privadas	1.683,00	21.990,98
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	857.666,85	58.200,01
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	80.272.002,89	27.471.229,28
Reavaliação de Ativos	4.766.714,72	22.442.525,36
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	75.495.628,24	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.659,93	5.028.703,92
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.537.641,95	605.446,71
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.537.641,95	605.446,71
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>425.024.889,44</b>	<b>330.798.136,37</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
Pessoal e Encargos	208.885.344,90	182.301.919,82
Remuneração a Pessoal	162.359.725,07	140.239.305,25
Encargos Patronais	33.498.416,81	29.116.558,79
Benefícios a Pessoal	12.756.668,30	12.784.177,74
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	270.534,72	161.878,04



Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.149.513,54	8.470.983,38
Aposentadorias e Reformas	9.336.314,50	6.886.714,70
Pensões	1.737.914,60	1.539.893,58
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	75.284,44	44.375,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	60.838.518,99	42.176.682,86
Uso de Material de Consumo	12.549.794,53	1.431.906,76
Serviços	46.893.058,01	39.229.848,37
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.395.666,45	1.514.927,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	561.816,72	2.644.911,39
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	51.712,68	39.209,35
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	510.104,04	2.605.702,04
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	35.960.409,13	33.162.112,66
Transferências Intragovernamentais	35.916.228,86	33.095.433,70
Transferências Intergovernamentais	-	19.158,80
Transferências a Instituições Privadas	44.165,27	44.464,80
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	15,00	3.055,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	73.576.644,10	1.810.475,80
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	51.367,50
Desincorporação de Ativos	73.576.644,10	1.759.108,30
Tributárias	584.672,11	473.754,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.263,31	2.278,72
Contribuições	573.408,80	471.476,03
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.462.119,07	14.721.277,97
Premiações	73.800,00	65.100,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.563.030,80	8.371.488,33
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	825.288,27	6.284.689,64
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>402.019.038,56</b>	<b>285.762.118,63</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)</b>	<b>23.005.850,88</b>	<b>45.036.017,74</b>

Fonte: Siafi, em 22/03/2018.

**Balço Orçamentário**

Exercício: 2017

R\$

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>Previsão Inicial (a)</b>	<b>Previsão Atualizada (b)</b>	<b>Receitas Realizadas (c)</b>	<b>Saldo (d) = (c-b)</b>
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>7.746.474,86</b>	<b>-1.521.299,14</b>
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	418.575,00	418.575,00	241.674,15	-176.900,85
Receita Agropecuária	316.000,00	316.000,00	-	-316.000,00
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.347.410,00	2.347.410,00	1.734.519,83	-612.890,17
Transferências Correntes	5.745.054,00	5.745.054,00	4.232.749,06	-1.512.304,94
Outras Receitas Correntes	440.735,00	440.735,00	1.537.531,82	1.096.796,82
<b>Receitas de Capital (II)</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I+II+III)</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>7.746.474,86</b>	<b>-1.521.299,14</b>
<b>Refinanciamento (V)</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito -Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>7.746.474,86</b>	<b>-1.521.299,14</b>
<b>Déficit (VII)</b>			<b>321.269.340,40</b>	<b>321.269.340,40</b>
<b>TOTAL (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>329.015.815,26</b>	<b>319.748.041,26</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Líquidos				
Créditos Adicionais Reabertos				

Fonte: Siafi, em 22/03/2018..

R\$

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>Dotação Inicial (e)</b>	<b>Dotação Atualizada (f)</b>	<b>Despesas Empenhadas (g)</b>	<b>Despesas Liquidadas (h)</b>	<b>Despesas Pagas (i)</b>	<b>SALDO (j) = (f-g)</b>
<b>Despesas Correntes (IX)</b>	<b>246.459.700,00</b>	<b>259.661.562,00</b>	<b>303.232.315,91</b>	<b>270.595.733,53</b>	<b>267.077.777,17</b>	<b>-43.570.753,91</b>
Pessoal e Encargos Sociais	191.121.986,00	203.912.396,00	202.591.596,97	202.591.596,97	202.591.596,97	1.320.799,03
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.337.714,00	55.749.166,00	100.640.718,94	68.004.136,56	64.486.180,20	-44.891.552,94
<b>Despesas de Capital (X)</b>	<b>20.624.458,00</b>	<b>16.930.503,00</b>	<b>25.783.499,35</b>	<b>1.060.871,44</b>	<b>768.621,89</b>	<b>-8.852.996,35</b>
Investimentos	20.624.458,00	16.930.503,00	25.783.499,35	1.060.871,44	768.621,89	-8.852.996,35
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Reserva de Contingência (XI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Reserva do RPPS (XII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>	<b>267.084.158,00</b>	<b>276.592.065,00</b>	<b>329.015.815,26</b>	<b>271.656.604,97</b>	<b>267.846.399,06</b>	<b>-52.423.750,26</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>267.084.158,00</b>	<b>276.592.065,00</b>	<b>329.015.815,26</b>	<b>271.656.604,97</b>	<b>267.846.399,06</b>	<b>-52.423.750,26</b>
<b>TOTAL</b>	<b>267.084.158,00</b>	<b>276.592.065,00</b>	<b>329.015.815,26</b>	<b>271.656.604,97</b>	<b>267.846.399,06</b>	<b>-52.423.750,26</b>

Fonte: Siafi, em 22/03/2018.

### Execução dos Restos a Pagar não Processados

Exercício: 2017

R\$

	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>19.372.566,35</b>	<b>41.516.090,07</b>	<b>23.566.204,47</b>	<b>22.778.410,67</b>	<b>5.901.832,49</b>	<b>32.208.413,26</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	19.372.566,35	41.516.090,07	23.566.204,47	22.778.410,67	5.901.832,49	32.208.413,26
<b>Despesas de Capital</b>	<b>15.432.845,80</b>	<b>9.988.433,37</b>	<b>7.300.119,81</b>	<b>7.206.124,00</b>	<b>642.076,92</b>	<b>17.573.078,25</b>
Investimentos	15.432.845,80	9.988.433,37	7.300.119,81	7.206.124,00	642.076,92	17.573.078,25
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>34.805.412,15</b>	<b>51.504.523,44</b>	<b>30.866.324,28</b>	<b>29.984.534,67</b>	<b>6.543.909,41</b>	<b>49.781.491,51</b>

Fonte: Siafi, em 22/03/2018.

### Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

Exercício: 2017

R\$

	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f)=(a+b-c-d)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>338.592,91</b>	<b>10.104.168,17</b>	<b>5.965.261,25</b>	<b>3.633.853,94</b>	<b>843.645,89</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	338.592,91	10.104.168,17	5.965.261,25	3.633.853,94	843.645,89
<b>Despesas de Capital</b>	<b>33.411,42</b>	<b>982.913,72</b>	<b>869.170,50</b>	-	<b>147.154,64</b>
Investimentos	33.411,42	982.913,72	869.170,50	-	147.154,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>372.004,33</b>	<b>11.087.081,89</b>	<b>6.834.431,75</b>	<b>3.633.853,94</b>	<b>990.800,53</b>

Fonte: Siafi, em 22/03/2018.

## Balanço Financeiro

Exercício: 2017

		R\$			
INGRESSOS	2017	2016	DISPÊNDIOS	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>	<b>7.746.474,86</b>	<b>5.783.992,60</b>	<b>Despesas Orçamentárias (VI)</b>	<b>329.015.815,26</b>	<b>296.908.850,97</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>341.141,19</b>	<b>270.308,96</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>73.345.924,72</b>	<b>66.226.094,30</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>9.119.394,23</b>	<b>8.141.878,71</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>255.669.890,54</b>	<b>230.682.756,67</b>
Educação	46.824,70	38.955,55	Educação	213.799.483,15	180.590.172,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.072.569,53	8.102.923,16	Seguridade Social (Exceto RGPS)	32.785.380,80	26.025.921,75
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.714.060,56	-2.628.195,07	Operação de Crédito	2.494.764,00	1.150.849,41
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.567.417,48	22.531.706,08
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	22.845,11	384.106,63
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>335.638.640,76</b>	<b>294.879.012,37</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>35.916.228,86</b>	<b>33.095.433,70</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	302.776.875,96	269.042.613,76	Resultantes da Execução Orçamentária	35.122.574,79	32.675.850,62
Repasse Recebido	267.654.301,17	236.376.624,74	Repasse Concedido	9.861,60	
Sub-repasse Recebido	35.122.574,79	32.665.989,02	Sub-repasse Concedido	35.122.574,79	32.665.989,02
Independentes da Execução Orçamentária	32.861.764,80	25.836.398,61	Independentes da Execução Orçamentária	793.654,07	419.583,08
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	32.854.982,32	25.834.704,15	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	397.245,70	108.624,11
Movimentação de Saldos Patrimoniais	6.782,48	1.694,46	Movimento de Saldos Patrimoniais	396.408,37	310.958,97
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>61.653.792,19</b>	<b>61.117.642,72</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias (VIII)</b>	<b>37.331.167,97</b>	<b>27.880.394,44</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.810.205,91	9.350.009,67	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.834.431,75	6.830.663,62
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	57.359.210,29	51.504.523,44	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	29.984.534,67	20.831.529,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	482.715,99	254.140,99	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	512.201,55	209.232,29
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.660,00	8.968,62	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	8.968,62

Restituições a Pagar	1.660,00		Demais Pagamentos		8.968,62
Passivos Transferidos		8.968,62			
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>10.079.548,53</b>	<b>6.183.579,95</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>12.855.244,25</b>	<b>10.079.548,53</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.079.548,53	6.183.579,95	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.855.244,25	10.079.548,53
<b>TOTAL (V)=(I+II+III+IV)</b>	<b>415.118.456,34</b>	<b>367.964.227,64</b>	<b>TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>415.118.456,34</b>	<b>367.964.227,64</b>

Fonte: Siafi, em 23/03/2018.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício: 2017

	R\$	
	2017	2016
<b>Fluxos de Caixa das Atividades das Operações (I)</b>	<b>11.619.612,11</b>	<b>7.476.860,42</b>
<b>Ingressos</b>	<b>343.869.491,61</b>	<b>300.926.114,58</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>3.513.725,80</b>	<b>2.796.807,24</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	241.674,15	341.883,51
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.734.519,83	1.849.663,44
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.537.531,82	605.260,29
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>4.232.749,06</b>	<b>2.987.185,36</b>
Intergovernamentais	4.231.066,06	1.490.040,19
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	4.231.066,06	1.490.040,19
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	1.683,00	1.497.145,17
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>336.123.016,75</b>	<b>295.142.121,98</b>
Ingressos Extraorçamentários	482.715,99	254.140,99
Restituições a Pagar	1.660,00	-
Passivos Transferidos	-	8.968,62
Transferências Financeiras Recebidas	335.638.640,76	294.879.012,37
<b>Desembolsos</b>	<b>-332.249.879,50</b>	<b>-293.449.254,16</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-261.728.291,80</b>	<b>-230.332.538,94</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-7.925,00	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-11.079.754,70	-8.426.608,28
Saúde	-29.047.134,17	-34.545.881,99
Trabalho	-	-
Educação	-221.585.609,82	-187.355.958,67
Cultura	-	-90,00
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-7.868,11	-
Agricultura	-	-4.000,00
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-34.093.157,29</b>	<b>-29.803.080,61</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-34.047.262,02	-29.738.984,25
Outras Transferências Concedidas	-45.895,27	-64.096,36
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-36.428.430,41</b>	<b>-33.313.634,61</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-512.201,55	-209.232,29
Transferências Financeiras Concedidas	-35.916.228,86	-33.095.433,70
Demais Pagamentos		-8.968,62
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)</b>	<b>-8.843.916,39</b>	<b>-3.580.891,84</b>
<b>Ingressos</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	<b>-8.843.916,39</b>	<b>-3.580.891,84</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.687.710,98	-3.356.438,95
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-156.205,41	-224.452,89
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-
<b>Integralização do Capital Social de Empresas Estatais</b>	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
<b>Amortização / Refinanciamento da Dívida</b>	-	-
<b>Outros Desembolsos de Financiamento</b>	-	-
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa ((I+II+III)</b>	<b>2.775.695,72</b>	<b>3.895.968,58</b>
Caixa e equivalentes de caixa inicial	10.079.548,53	6.183.579,95
Caixa e equivalente de caixa final	12.855.244,25	10.079.548,53

Fonte: Siafi, em 22/03/2018.



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício: 2017

Especificação	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	307.691.940,92	-	-	307.691.940,92
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-10.704.861,32	-	-	-10.704.861,32
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	28.125,00	-	-	28.125,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	45.036.017,74	-	-	45.036.017,74
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	9.385.791,54	-	-	9.385.791,54
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	351.437.013,88	-	-	351.437.013,88

Especificação	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	351.437.013,88	-	-	351.437.013,88
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-76.070.461,02	-	-	-76.070.461,02
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	23.005.850,88	-	-	23.005.850,88
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	298.372.403,74	-	-	298.372.403,74

**Fonte:** Siafi, em 22/03/2018.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

### 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA) que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no MEC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do

Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”.

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho.

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(i) Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da

depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(k) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(l) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(m) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(o) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

(o.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(o.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(o.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



### **3 - Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial**

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

#### **NE 01 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Houve uma redução de 85,51% na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, devido à alteração do critério contábil realizado pela STN, em setembro de 2017, para adequação às novas práticas contábeis estabelecidas pelo MCASP, bem como à recomendação do TCU exarada no Acórdão nº 1320/2017-P.

Por não satisfazerem integralmente os critérios para reconhecimento como um ativo, o registro dos repasses de recursos referentes às Transferências Voluntárias, passou a ser feito em contas de resultado quando da liquidação da despesa. Portanto, os valores que vinham sendo registrados na conta de ativo foram reclassificados e passaram a ser registrados em contas de Controle, em contrapartida da respectiva conta de resultado; não se extinguindo, todavia, os valores até então registrados quando da alteração da rotina.

Tendo em vista a necessidade de adequação a este novo critério contábil e em atendimento ao Acórdão 1320/2017 - TCU, a CCON/STN efetuou em setembro, por meio de processo automático, a baixa dos saldos relacionados à conta Adiantamento de Transferências Voluntárias registrados a curto, no valor de R\$ 6.166.012,70, o que ocasionou a referida redução.

#### **NE 02 – Estoques**

Em 31/12/2017, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 28.658.920,96 na conta de Estoques.

Após a realização da contagem física (inventário) do estoque de materiais de consumo no setor de suprimentos do HU/UFGD, foram registradas baixas de R\$ 10.890.158,56, em materiais consumidos no exercício de 2017, e de R\$ 71.515.033,95, referentes ao consumo do estoque de exercícios anteriores (2009 a 2016), o que ocasionou uma redução de 70,59% em relação ao saldo do mesmo período do ano anterior.

Considerando que a unidade gestora UFGD (154502) não realizou inventário do estoque do almoxarifado e que o Relatório de Movimentação do Almoxarifado (RMA) não é emitido, não permitindo lançar as saídas por consumo no SIAFI, a conta Estoques não reflete os saldos dos materiais de consumo disponíveis na universidade.

#### **NE 03 – Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 265.084.742,57 relacionados ao imobilizado. Conforme apresentado na Tabela 1 este saldo é composto por bens móveis (equipamentos e material permanente) e bens imóveis (edificações, construções, terrenos, fazendas, entre outros), bem como demonstra o total acumulado de despesas com depreciação, amortização e exaustão nos exercícios de 2017 e 2016.

**Tabela 1 - Imobilizado - Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH%
<b>Bens Móveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	79.924.706,68	73.948.291,39	8,08
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(6.261.574,55)	(4.968.754,11)	26,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
<b>Bens Imóveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	191.717.668,07	181.913.668,31	5,39
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(296.057,63)	(193.196,62)	53,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
<b>Total</b>	<b>265.084.742,57</b>	<b>250.700.008,97</b>	<b>5,56</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

### Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26350 em 31/12/2017 totalizavam R\$ 73.663.132,13 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 2.

**Tabela 2 - Bens Móveis - Composição**

	R\$			
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	33.734.391,13	32.573.872,75	3,44	45,80
Bens de Informática	20.945.405,17	17.864.797,48	14,71	28,43
Móveis e Utensílios	13.649.983,27	12.843.092,29	5,91	18,53
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.449.642,13	4.800.409,26	11,91	7,40
Veículos	3.378.817,15	3.237.831,01	4,17	4,59
Peças e Conjuntos de Reposição				
Bens Móveis em Andamento	1.649.538,40	1.649.538,40	0,00	2,24
Bens Móveis em Almoxarifado	90.975,00			
Armamentos				
Semoventes e Equipamentos de Montaria				
Demais Bens Móveis	1.025.954,43	978.750,20	4,60	1,39
Depreciação / Amortização Acumulada	(6.261.574,55)	(4.968.754,11)	20,65	-8,50
<b>Total</b>	<b>73.714.639,39</b>	<b>68.979.537,28</b>	<b>6,36</b>	

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Dos valores referentes à Depreciação/Amortização Acumulada (demonstrados na Tabela 2) R\$ 6.258.504,19 foram realizados pela UG 150248 do Hospital Universitário.

A UG 154502 ainda não está efetuando os lançamentos no SIAFI de depreciação dos bens móveis, amortização e a reavaliação. Consequentemente não podem ser percebidos seus reflexos nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, pois não foram lançadas a depreciação, amortização e exaustão, a reavaliação, a redução a valor recuperável e os ajustes p/ perdas (Variações Patrimoniais Diminutivas) ou a reavaliação e ganhos com ativos (Variações Patrimoniais Aumentativas).

Importante destacar que na UG 154502 está em processo de implantação. Existem divergências entre os valores do Sistema do Patrimônio da UFGD e o SIAFI (tais como classificações, valores que não foram incorporados ao Sistema de Patrimônio da UFGD), entretanto, está em andamento o processo de conciliação para constatar quais são as divergências entre os referidos sistemas e também a realização do inventário dos bens móveis. Essas atividades trarão subsídios para sanar as divergências supracitadas e realizar a implantação da depreciação, amortização e atualização monetária dos ativos permanentes. Tais atividades sofreram atraso devido à greve dos servidores técnico-administrativos no período de novembro a dezembro/2017, rotatividade e falta de capacitação dos servidores do setor responsável.

Conforme demonstrado na Tabela 3, dos Bens Móveis registrados no Órgão, 45,80% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto por principalmente Equipamentos/Utensílio Médicos, Odontológico (68,23%) e Aparelho de Medição e Orientação (11,64%).

**Tabela 3 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas - Composição**

	R\$			
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)	AV(%)
Aparelhos de Medição e Orientação	3.925.942,90	3.874.681,93	1,13	11,67
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	795.219,86	674.146,48	0,84	2,02
Equipam/Utensílios Médicos, Odontológico	23.016.770,17	22.278.018,31	3,21	68,46
Aparelho e Equipamento p/ Esportes	210.758,23	210.758,23	0,00	0,63
Equipamento de Proteção, Segurança	784.741,70	784.741,70	0,00	2,34
Maquinas e Equipamentos Industriai	989.985,26	936.709,52	5,69	2,95
Maquinas e Equipamentos Energético	1.363.178,27	1.249.407,99	9,11	4,06
Maquinas e Equipamentos Gráficos	52.260,20	41.291,00	26,57	0,16
Maquinas, Ferramentas e Utensílios	198.929,47	198.608,95	0,00	0,59
Equipamentos, Peças e Acessórios P	49.259,78	49.259,78	0,00	0,15
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	48.827,40	48.827,40	0,00	0,15
Maquinas e Utensílios Agropecuário	1.175.415,35	1.175.415,35	0,00	3,50
Equipamentos Hidráulicos e Elétrico	445.575,24	437.616,64	1,82	1,33
Maquinas, Utensílios e Equipamento	677.527,30	614.389,47	9,97	2,01
<b>Total</b>	<b>33.734.391,13</b>	<b>32.573.872,75</b>	<b>3,10</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 190.914.811,61 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 4.

**Tabela 4 - Bens Imóveis - Composição**

	R\$			
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	121.367.102,84	114.596.372,39	5,58	63,40
Bens de Uso Comum do Povo				
Bens Dominicais				
Bens Imóveis em Andamento	69.523.437,87	66.530.313,49	4,31	36,32
Instalações	757.674,66	717.529,73	0,00	0,40
Demais Bens Imóveis				
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	69.452,70	69.452,70	5,30	0,04
Redução ao Valor Recuperável				
Depreciação / Amortização Acumulada	(296.057,63)	(193.196,62)	34,74	-0,15
<b>Total</b>	<b>191.421.610,44</b>	<b>181.720.471,69</b>	<b>5,07</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

De acordo com a Tabela 4, os Bens de Uso Especial correspondem a 63,40% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26350, perfazendo o montante de R\$ 121.367.102,84 em 31/12/2017 a valores brutos.

A conta Bens Imóveis em Andamento reflete os valores das obras que ainda não foram concluídas.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Hospitalais.

A variação positiva de 41,42% e 21,21% apresentada, respectivamente, nos itens Fazendas, Parques e Reservas; e Imóveis Residenciais e Comerciais, decorre da reavaliação de imóveis, realizada no exercício de 2017 através do Spiunet.

Não está somado nas Tabelas 4 e 5, um terreno localizado ao entorno do Hospital Universitário da UFGD com 09 hectares que foi doado pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL avaliado em R\$ 4.040.000,00 (quatro milhões e quarenta mil reais) de acordo com o Laudo de Avaliação nº 357/2017 da Secretaria de Patrimônio da União – SPU o qual já se encontra escriturado em nome Fundação Universidade Federal da Grande Dourados e está em processo de registro no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet.

**Tabela 5 - Bens de Uso Especial – Composição**

	R\$			
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)	AV(%)
Fazendas, Parques e Reservas	11.381.985,56	8.048.544,54	41,42	9,38
Terrenos, Glebas	966.800,55	966.800,55	0,00	0,80
Aquartelamentos				
Imóveis de Uso Educacional	75.623.850,20	72.469.951,97	4,35	62,31
Edifícios		43.190,37	-100,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas				
Imóveis Residenciais e Comerciais	1.866.648,45	1.540.066,88	21,21	1,54
Aeroportos, Estações e Aeródromos				
Hospitais	31.527.818,08	31.527.818,08	0,00	25,98
<b>Total</b>	<b>121.367.102,84</b>	<b>114.596.372,39</b>	<b>0,97</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

**(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**(a.1) Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

**(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### NE 04 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o Órgão 26350 apresentou um saldo de R\$ 876.653,53 relacionados a intangível.

Na Tabela 6 seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016.

**Tabela 6 - Intangível – Composição**

	R\$			
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	795.949,01	786.479,34	1,18	89,82
Software com Vida Útil Indefinida	113.759,19			12,84
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	265,00	265,00	0,00	0,03
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida				
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado				
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado				
Amortização Acumulada	(23.850,00)	(23.850,00)	0,00	-2,69
Redução ao Valor Recuperável de Intangível				
<b>Total</b>	<b>886.123,20</b>	<b>762.894,34</b>	<b>0,00</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Definida, que representa 89,82% do grupo. A UG 154502 possui nessa conta o valor de R\$ 772.099,01 (valor que ainda não começou a ser amortizado). A UG 150248 possuía um saldo de R\$ 23.850,00, valor este que foi totalmente amortizado.

## NE 05 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.732.124,27 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo essas obrigações a curto prazo e fornecedores nacionais.

A seguir, apresenta-se a Tabela 7, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais.

**Tabela 7 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	4.732.124,27	10.753.319,24	127,24
Nacionais	4.732.124,27	10.753.319,24	127,24
<b>Total</b>	<b>4.732.124,27</b>	<b>10.753.319,24</b>	<b>127,24</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 8 relacionando-se as unidades gestoras do órgão 26350 com os de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

**Tabela 8 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante**

	R\$	
	31/12/2017	AV (%)
Unidade Gestora 150248 – HU/UFGD	3.701.118,60	78,21
Unidade Gestora 154502 – UFGD	1.031.005,67	21,79
<b>Total</b>	<b>4.732.124,27</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

Na Tabela 9, relacionam-se os nove fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

**Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor**

	R\$	
	31/12/2017	AV (%)
Fornecedor A: 02282245/0001-84 - Presta Construtora e Serviços Gerais Ltda	709.776,49	15
Fornecedor B: 00970175/0001-21 – M.S. Diagnostic Ltda	313.598,41	6,63
Fornecedor C: 10855103/0001-97 - Sergio Tadashi Suguimoto – EPP	287.540,22	6,07
Fornecedor D: 06865948/0001-96 - Energia Engenharia Serviços e Manutenções LTDA - EPP	283.104,57	5,98
Fornecedor E: 2491628/00001-40 - Construtora LDN Ltda	198.430,94	4,19
Fornecedor F: 19507554/0001-08 - Comercial de Alimentos Yamashita - EIRELI - EPP	154.125,83	3,26
Fornecedor G: 15800545/0003-11 - ABBVIE Farmacêutica Ltda.	129.456,25	2,74
Fornecedor H: 07333605/0001-43 - Laboratório Costa Rosa Ltda - EPP	125.709,30	2,66
Fornecedor I: 03237583/0048-20 - Copagaz Distribuidora de Gás S. A.	120.107,35	2,54
Fornecedores relacionados aos demais órgãos vinculados UFGD	2.410.274,91	50,93
<b>Total</b>	<b>4.732.124,27</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

Os fornecedores A, B, C, D representam 33,68% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Fornecedor A: 02282245/0001-84 - Presta Construtora e Serviços Gerais Ltda. Refere-se a pagamento de prestação de serviço de limpeza e higienização a ser pago pelas Unidades Gestoras: UG 150248 - R\$ 551.841,90 e UG 154502 – R\$ 157.934,59;

(b) Fornecedor B: 00970175/0001-21 – M.S. Diagnostic Ltda, referente à aquisição e locação de equipamentos para laboratórios para atender o HU/UFGD, UG 150248, no valor de R\$ 313.598,41.

(c) Fornecedor C: 10855103/0001-97 - Sergio Tadashi Suguimoto – EPP. Aquisição de hortifrutigranjeiros para atender a UG 150248 – R\$ 287.540,22;

(d) Fornecedor D: 06865948/0001-96 - Energia Engenharia Serviços e Manutenções LTDA - EPP. Refere-se a fornecimento de serviços de limpeza, conservação e higienização. O crédito está apresentado na conta 213110400 – Credores Nacionais Curto Prazo a ser pago pelas Unidades Gestoras - UG: 150248 – R\$ 363.349,96 e UG 154502 – R\$ 187.755,53;

(e) Fornecedor E: 24916280/0001-40 - Construtora LDN Ltda. Refere-se a crédito a ser pago pela UG 150248 - R\$ 198.430,94; contrato de construção da Unidade da Mulher e da Criança (Unidade Perinatal) do HU/UFGD;

(f) Fornecedor F: 19507554/0001-08 - Comercial de Alimentos Yamashita - EIRELI - EPP. Refere-se à aquisição de materiais para atender HU/UFGD, a ser pago pela UG 150248, no valor de R\$ 154.125,83;

(g) Fornecedor G: 15800545/0003-11 - ABBVIE Farmacêutica Ltda. Aquisição de medicamentos padronizados para atender HU/UFGD, no valor de R\$ 129.456,25;

(h) Fornecedor H: 07333605/0001-43 - Laboratório Costa Rosa Ltda - EPP, referente à contratação de exames anatomopatológicos para atender o HU/UFGD, no valor de R\$ 125.709,30.

(i) Fornecedor I: 03237583/0048-20 - Copagaz Distribuidora de Gás S.A, referente à aquisição de gás GLP para atender o HU/UFGD, no valor de R\$ 120.107,35.

## **NE 06 – Obrigações Contratuais**

Em 31/12/2017, o Órgão possuía um saldo de R\$ 71.291.858,58, relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a Tabela 10, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 10 - Obrigações Contratuais - Composição**

	R\$		
	31/12/2017	31/12/2016	AV (%)
Aluguéis	573.135,43	651.093,73	0,80
Fornecimento de Bens	9.411.244,72	6.439.374,55	13,20
Empréstimos e Financiamentos			



Seguros		2.437,90	
Serviços	61.307.478,43	26.436.307,08	86
Demais			
<b>Total</b>	<b>71.291.858,58</b>	<b>33.529.213,26</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços assumidos pela UFGD até 31/12/2017.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 11 contendo a relação de Unidades Gestoras contratantes pertencentes ao Órgão 26350 e os valores na data base de 31/12/2017.

**Tabela 11 - Obrigações Contratuais - Por Unidade Gestora Contratante**

	R\$	
	<b>31/12/2017</b>	<b>AV (%)</b>
Unidade Gestora 1: 150248 HU/UFGD	66.384.659,19	93,12
Unidade Gestora 2: 154502 UFGD	4.907.199,39	6,88
<b>Total</b>	<b>71.291.858,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

A unidade gestora HU/UFGD é responsável por 93,12% do total contratado do órgão registrado no SIAFI. A UG HU/UFGD está registrando o valor total do Contrato e termos aditivos usando o cronograma/SIASG, enquanto que a UG UFGD está registrando o valor da nota fiscal na liquidação da despesa no SIAFI.

Na Tabela 12, relacionam-se os 06 (seis) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

**Tabela 12 - Obrigações Contratuais - Por Contratado**

	R\$	
	<b>31/12/2017</b>	<b>AV (%)</b>
Contratado A: 24.916.280/0001-40- Construtora LDN Ltda	33.771.728,70	47,37
Contratado B: 07333605/0001-43 - Laboratório Costa Rosa Ltda – EPP	7.544.688,48	10,59
Contratado C: 00970175/0001-21 M.S. Diagnostica Ltda	6.689.160,92	9,38
Contratado D: 36781037/0003-03 - Oxinal Oxigênio Nacional Ltda – EPP	2.674.977,81	3,75
Contratado E: 52.867.348/0001-84 - Constarco Eng e Com Ltda	1.941.419,48	2,72
Contratado F: 15413826/0001-50 - Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia	1.344.796,17	1,89
Demais	17.325.087,02	24,30
<b>Total</b>	<b>71.291.858,58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017.

Em relação aos contratados A, B, C e D, eles representam 71,09% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: 24.916.280/0001-40- Construtora LDN Ltda. Refere-se ao contrato n° 06/2017 da contratação para a execução da primeira etapa da Unidade da Mulher e da Criança, cujo contratante é a unidade gestora HU/UFGD.

(b) Contratado B: 07333605/0001-43 - Laboratório Costa Rosa Ltda – EPP. Refere-se ao contrato n° 11/2016 de prestação de serviço exames anatomopatológicos cujo

contratante é a unidade gestora HU/UFGD. O contrato foi aditado, prorrogando sua vigência para 27/04/2018;

(c) Contratado C: 00970175/0001-21 - M.S. Diagnostica Ltda - Refere-se a três contratos de prestação de serviço cujo contratante é a unidade gestora HU/UFGD. Este saldo refere-se aos contratos:

<b>Contrato</b>	<b>Identificação</b>	<b>Representante</b>	<b>Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo</b>
CT 09/2014	locação de equipamentos laboratoriais e fornecimento de testes, reagentes, insumos, assistência técnica e treinamento de pessoal	Valter Bruno	11/04/2017 a 10/04/2018, data de ass. 13/03/2017
CT 13/2016	locação de equipamentos para laboratórios, incluindo o fornecimento de testes, assistência técnica de equipamentos e treinamento de pessoal	Valter Bruno	21/05/2017 a 20/05/2018 data de ass. 13/03/2017
CT 26/2014	locação de equipamentos laboratoriais, incluídos o fornecimento de testes, reagentes e insumos, e assistência técnica dos equipamentos locados	Valter Bruno	15/08/2017 a 14/08/2018 data de ass. 24/07/2017

(d) Contratado D: 36781037/0003-03 - Oxinal Oxigênio Nacional Ltda – EPP. Refere-se à contratação de empresa para a prestação de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde, para atender as necessidades do HU/UFGD.

#### **NE 07 – Ajuste de Exercícios Anteriores**

A conta **Ajustes de Exercícios Anteriores** registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes apresentou, em 2017, um saldo devedor de R\$ 76.070.461,25.

Os lançamentos mais significativos foram as baixas dos saldos das contas:

- **Adiantamentos de Transferências Voluntárias**, no valor de R\$ 6.166.012,70, que teve seu critério contábil alterado em setembro de 2017 pela STN, para adequação às novas práticas contábeis estabelecidas pelo MCASP, bem como à recomendação do TCU exarada no Acórdão nº 1320/2017-P.

- **Estoques**, no valor de R\$ 71.515.033,95, referente às baixas contábeis realização do inventário físico do estoque do almoxarifado central e entreposto de material hospitalar na unidade gestora HU/UFGD, referentes a consumo de materiais estoque no período de 2009 a 2016.

#### **4 - Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP**

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.

#### **NE 08 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Conforme citado na nota explicativa do Balanço Patrimonial, tendo em vista a necessidade de adequação a este novo critério contábil e em atendimento ao Acórdão 1320/2017 - TCU, a CCON/STN efetuou em setembro, por meio de processo automático, a baixa dos saldos relacionados à conta Adiantamento de Transferências Voluntárias registrados a curto prazo, no valor de R\$ 6.166.012,70, o que ocasionou uma redução de 85,51% na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. A contrapartida desse registro foi realizada no item Ajuste de Exercícios Anteriores.

#### **NE 09 - Estoques**

Em 31/12/2017, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 28.658.920,96 na conta de Estoques.

Após a realização da contagem física (inventário) do estoque de materiais de consumo no setor de suprimentos do HU/UFGD, foram registradas baixas de R\$ 10.890.158,56, em materiais consumidos no exercício de 2017, e de R\$ 71.515.033,95, referentes a consumo do estoque de exercícios anteriores (2009 a 2016), o que ocasionou uma redução de 70,59% em relação ao saldo do mesmo período do ano anterior.

A contrapartida desse registro foi realizada nos itens Ajuste de Exercícios Anteriores, Uso de Bens, Serviços e Consumo e Desvalorização de Ativos e Incorporação de Passivos.

#### **NE 10 - Imobilizado**

Em 31/12/2017, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 265.084.742,57 relacionados a imobilizado. Os bens móveis R\$73.663.132,13 e os bens imóveis R\$ 191.421.610,44.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet vem sendo realizado regularmente.

A contrapartida dos itens que compõem o Imobilizado da UFGD foi registrada nos seguintes itens: Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos; Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo; e Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, conforme detalhado na Tabela 13.

**Tabela 13 - Demonstrativo da contrapartida dos itens que compõem os itens Imobilizado e Intangível**

	R\$			
	2017	2016	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>425.024.889,44</b>	<b>330.798.136,37</b>	<b>28,48</b>	<b>100</b>
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>80.272.002,89</b>	<b>27.471.229,28</b>	<b>192,20</b>	<b>18,89</b>
Reavaliação de Ativos	4.766.714,72	22.442.525,36	-78,76	1,12
Ganhos com Alienação	-	-		
Ganhos com Incorporação de Ativos	75.495.628,24	-		17,76
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.659,93	5.028.703,92	-99,81	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-		
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>402.019.038,56</b>	<b>285.762.118,63</b>	<b>40,68</b>	<b>94,59</b>
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>60.838.518,99</b>	<b>42.176.682,86</b>	<b>44,25</b>	<b>14,31</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.395.666,45	1.514.927,73	-7,87	0,33
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>73.576.644,10</b>	<b>1.810.475,80</b>	<b>3963,94</b>	<b>17,31</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-		
Perdas com Alienação	-	-		
Perdas Involuntárias	-	-		
Incorporação de Passivos	-	51.367,50	-100	
Desincorporação de Ativos	73.576.644,10	1.759.108,30	4082,61	17,31

#### **NE 11 - Intangível**

Em 31/12/2017, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 876.653,53 relacionados a intangível.

A contrapartida dos itens que compõem o Intangível da UFGD foi registrada nos seguintes itens: Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos; Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo; e Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, conforme já detalhado na Tabela 13.

#### **NE 12 - Fornecedores e Contas a Pagar**

Em 31/12/2017, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 4.732.124,27 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo essas obrigações a curto prazo. A contrapartida desse registro foi realizada no item Variações Patrimoniais Diminutivas – Uso de Bens, Serviços e Consumo, conforme detalhado na Tabela 14.

**Tabela 14 - Demonstrativo da contrapartida dos itens que compõem o item Fornecedores e Contas a Pagar**

	R\$			
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>402.019.038,56</b>	<b>285.762.118,63</b>	<b>40,68</b>	<b>94,59</b>
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>60.838.518,99</b>	<b>42.176.682,86</b>	<b>44,25</b>	<b>14,31</b>
Uso de Material de Consumo	12.549.794,53	1.431.906,76	776,44	2,95
Serviços	46.893.058,01	39.229.848,37	19,53	11,03

## 5 - Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

### NE 13 - Receitas

Em 2017, as receitas realizadas na UFGD atingiram o montante de R\$ 7.746.474,86, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 329.015.815,26, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 321.269.340,40.

Essa disparidade pode ser justificada pelas informações de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contém os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R\$ 302.776.875,96. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de R\$ 343.385.115,62, são suficientes para atender às despesas empenhadas até o final de 2017, que foram de R\$ 329.015.815,26, gerando ainda um resultado financeiro positivo no BF.

Pela análise da Tabela 15, as receitas realizadas (R\$ 7.746.474,86) alcançaram 83,59% da previsão atualizada (R\$ 9.267.774,00) e 100% corresponde a receitas correntes.

As despesas empenhadas (R\$ 329.015.815,26) alcançaram 118,95% do total da Dotação Atualizada (R\$ 276.592.065,00), sendo que 92,16% correspondem à despesa corrente e 7,84% a despesa de capital. A explicação para as despesas empenhadas serem maiores que a dotação atualizada ocorre porque a UFGD recebeu descentralizações de órgãos como o MEC, CAPES, EBSEH, Fundo Nacional de Saúde e Ministério do Planejamento, entre outros, no montante de R\$ 58.388.159,79.

**Tabela 15 - Receitas e despesas por categoria econômica**

	R\$			
<b>Categoria Econômica</b>	<b>Previsão/Fixação</b>	<b>Realização/Execução</b>	<b>Real/Exec (%)</b>	<b>AV (%)</b>
Receitas correntes	9.267.774,00	7.746.474,86	83,59	100
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>9.267.774,00</b>	<b>7.746.474,86</b>	<b>83,59</b>	<b>100</b>
Despesas correntes	259.661.562,00	303.232.315,91	16,78	92,16
Despesas de Capital	16.930.503,00	25.783.499,35	52,29	7,84
<b>Total das Despesas</b>	<b>276.592.065,00</b>	<b>329.015.815,26</b>	<b>18,95</b>	<b>100</b>
<b>Superávit/(Déficit)</b>		<b>(321.269.340,40)</b>		

Comparando-se as receitas realizadas de 2017 com 2016, verifica-se que as receitas correntes tiveram uma evolução na sua arrecadação. Houve um incremento no valor de R\$ 1.962.482,26, o que equivale a um acréscimo de 25,33%.

São da categoria econômica “Receitas Correntes” que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

**Tabela 16 - Receitas Correntes Realizadas - Categoria Econômica**

Categoria Econômica	R\$			
	2017	2016	AH (%)	AV (%)
Receitas correntes	7.746.474,86	5.783.992,60	25,33	100
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>7.746.474,86</b>	<b>5.783.992,60</b>	<b>25,33</b>	<b>100</b>

Na Tabela 17 é apresentada a composição das receitas correntes realizadas. Na comparação das receitas correntes realizadas em 2017 com 2016, verifica-se que apesar de apresentar um acréscimo de 25,33% em 2017 em relação a 2016, houve redução de arrecadação nas Receitas Patrimonial e de Serviços de 29,31% e 6,22%, respectivamente.

As maiores evoluções referem-se às contas Outras Receitas Correntes (Multas administrativas, Contratuais e Judiciais, 94,07% e Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, 184,61%) e Transferências correntes de 41,70%.

**Tabela 17 - Receitas Correntes Realizadas - Composição**

Origem da Receita	R\$			
	2017	2016	AH (%)	AV (%)
<b>Receita Patrimonial</b>				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	241.674,15	341.883,51	-29,31	3,12
<b>Receita de Serviços</b>				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.734.519,83	1.849.663,44	-6,22	22,39
<b>Transferências Correntes</b>	<b>4.232.749,06</b>	<b>2.987.185,36</b>	<b>41,70</b>	<b>54,64</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	396.713,38	204.420,62	94,07	5,12
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.140.818,44	400.839,67	184,61	14,73
<b>Total das Receitas</b>	<b>7.746.474,86</b>	<b>5.783.992,60</b>	<b>25,33</b>	<b>100</b>

## NE 14 - Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na Tabela 18, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária.

Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos,

Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados da Tabela 18, todos os grupos de despesa, exceto Outras Despesas Correntes, tiveram uma evolução no ano de 2016 para o ano de 2017, com destaque para Investimentos, que apresentou um acréscimo de 139,10%.

**Tabela 18 - Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo - Composição**

Grupo de Despesa	2017		2016		AH (Emp) (%)	AH 2017 (EMP/DOT)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 – Pessoal	203.912.396,00	202.591.596,97	180.729.921,00	175.938.092,76	15,15	-0,65
2 – Encargos Sociais						
3 – Outras despesas correntes	55.749.166,00	100.640.718,94	77.634.268,00	110.187.314,80	-8,66	80,52
<b>Subtotal Desp. Correntes</b>	<b>259.661.562,00</b>	<b>303.232.315,91</b>	<b>258.364.189,00</b>	<b>286.125.407,56</b>	<b>5,98</b>	<b>16,78</b>
4 - Investimentos	16.930.503,00	25.783.499,35	37.663.950,00	10.783.443,41	139,10	52,29
5- Inversões Financeiras						
6 – Amortização Dívida						
<b>Subtotal Desp. Capital</b>	<b>16.930.503,00</b>	<b>25.783.499,35</b>	<b>37.663.950,00</b>	<b>10.783.443,41</b>	<b>139,10</b>	<b>52,29</b>
9 – Reserva de contingência						
<b>Total</b>	<b>276.592.065,00</b>	<b>329.015.815,26</b>	<b>296.028.139,00</b>	<b>296.908.850,97</b>	<b>10,81</b>	<b>18,95</b>

Analisando o total das despesas empenhadas em relação à dotação atualizada, todos os grupos, exceto o grupo Pessoal, tiveram saldos empenhados acima da dotação atualizada, com destaque para os grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos, que apresentaram um acréscimo de 80,52% e 52,29%, respectivamente.

### NE 15 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

As despesas inscritas em Restos a Pagar, inscritas em exercícios anteriores e em 31/12 do exercício anterior, totalizava R\$ 97.769.021,81 e está distribuída, conforme demonstrado na Tabela 19.

**Tabela 19 - Restos a Pagar - Composição**

	2017		2016		AH(%)	AV(%)
<b>RP NAO PROCESSADOS</b>	<b>86.309.935,59</b>	<b>65.362.327,89</b>			32,05	88,28
.....HU/UFGD	24.549.146,70	20.543.754,31			19,50	25,11
.....UFGD	61.760.788,89	44.818.573,58			37,80	63,17
<b>RP PROCESSADOS</b>	<b>11.459.086,22</b>	<b>9.206.441,49</b>			24,47	11,72
.....HU/UFGD	9.315.146,47	7.826.987,06			19,01	9,53
.....UFGD	2.143.939,75	1.379.454,43			55,42	2,19
<b>TOTAL</b>	<b>97.769.021,81</b>	<b>74.568.769,38</b>			31,11	

Fonte: Siafi

De acordo com a Tabela 19, 88,28% dos valores inscritos em restos a pagar estão na conta de restos a pagar não processados, com uma evolução de 32,05% em relação ao ano anterior.

Dos valores inscritos em restos a pagar não processados, a UFGD possui o maior volume, correspondendo a 63,17% dos valores inscritos e também possui a maior evolução, de 37,80%.

Quanto à execução de Restos a Pagar inscritos, conforme Tabela 20, foram pagos 37,66% dos valores inscritos e cancelados 10,41%. A unidade gestora UFGD destaca-se nos pagamentos de Restos a Pagar, sendo responsável por 70,09% dos valores pagos. Entende-se que decorre por possuir o maior volume de valores inscritos. Dos valores cancelados, destaca-se unidade gestora HU/UFGD, que foi responsável por 82,03% do total de valores cancelados.

**Tabela 20 - Restos a Pagar - Execução**

	Inscritos	Liquidados a pagar	Pagos	Cancelados
<b>RP NAO PROCESSADOS</b>	<b>86.309.935,59</b>	<b>881.789,61</b>	<b>29.984.534,67</b>	<b>6.543.909,41</b>
.....HU/UFGD	24.549.146,70	687.222,58	5.836.209,64	4.715.789,61
.....UFGD	61.760.788,89	194.567,03	24.148.325,03	1.828.119,80
<b>RP PROCESSADOS</b>	<b>11.459.086,22</b>		<b>6.834.431,75</b>	<b>3.633.853,94</b>
.....HU/UFGD	9.315.146,47		5.175.087,02	3.633.212,87
.....UFGD	2.143.939,75		1.659.344,73	641,07
<b>TOTAL</b>	<b>97.769.021,81</b>	<b>881.789,61</b>	<b>36.818.966,42</b>	<b>10.177.763,35</b>

Fonte: Siafi

## 6 - Notas Explicativas ao Balanço Financeiro

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Tabelas 21 e 22 apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos em 2017. Verifica-se que as receitas orçamentárias tiveram um crescimento maior (33,93%) que as despesas orçamentárias (10,81%).

Os recebimentos e despesas extraorçamentários tiveram um acréscimo de 0,88% e 33,90%, respectivamente.

Quanto às Transferências Financeiras Recebidas, verifica-se que tiveram um incremento de 13,82% em relação ao ano de 2016. Já as Transferências Financeiras Concedidas esta variação ficou em 8,52%.

**Tabela 21 - Total de Ingressos**

	2017	2016	AH	AV (2017)
<b>INGRESSOS</b>				
Receitas Orçamentárias	7.746.474,86	5.783.992,60	33,93	1,87
Transferências Financeiras Recebidas	335.638.640,76	294.879.012,37	13,82	80,85
Recebimentos Extraorçamentários	61.653.792,19	61.117.642,72	0,88	14,85
Saldo do Exercício Anterior	10.079.548,53	6.183.579,95	63,01	2,43
<b>TOTAL</b>	<b>415.118.456,34</b>	<b>367.964.227,64</b>	<b>12,81</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.



**Tabela 22 - Total de Dispêndios**

DISPÊNDIOS	R\$			
	2017	2016	AH	AV (2017)
Despesas Orçamentárias	329.015.815,26	296.908.850,97	10,81	79,26
Transferências Financeiras Concedidas	35.916.228,86	33.095.433,70	8,52	8,65
Despesas Extraorçamentárias	37.331.167,97	27.880.394,44	33,90	8,99
Saldo para o Exercício Seguinte	12.855.244,25	10.079.548,53	27,54	3,10
<b>TOTAL</b>	<b>415.118.456,34</b>	<b>367.964.227,64</b>	<b>12,81</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

O resultado financeiro de 2017 foi superavitário em R\$ 2.775.695,72, com uma redução de 2016 para 2017, de 28,75%. Há duas metodologias de cálculo, apresentadas a seguir.

**Tabela 23 - Resultado Financeiro - Metodologia 1**

(+)	R\$	
	2017	2016
<b>INGRESSOS</b>		
Receitas Orçamentárias	7.746.474,86	5.783.992,60
Transferências Financeiras Recebidas	335.638.640,76	294.879.012,37
Recebimentos Extraorçamentários	61.653.792,19	61.117.642,72
<b>(-) DISPÊNDIOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesas Orçamentárias	329.015.815,26	296.908.850,97
Transferências Financeiras Concedidas	35.916.228,86	33.095.433,70
Despesas Extraorçamentárias	37.331.167,97	27.880.394,44
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>2.775.695,72</b>	<b>3.895.968,58</b>

**Tabela 24 - Resultado Financeiro – Metodologia 2**

DISPÊNDIOS	R\$	
	2017	2016
(+) Saldo para o Exercício Seguinte	12.855.244,25	10.079.548,53
<b>INGRESSOS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
(-) Saldo do Exercício Anterior	10.079.548,53	6.183.579,95
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>2.775.695,72</b>	<b>3.895.968,58</b>

Verifica-se que um dos itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Transferências Financeiras Recebidas, no total de R\$ 335.638.640,76.

As Transferências Financeiras – Resultantes da Execução Orçamentária -, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma:

- a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
- c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e *campi* de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

## 7 - Notas Explicativas à Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC):

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

### NE 16 – Evolução da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa de 2016 para 2017.

Em decorrência do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro (BF). Portanto, no exercício de 2017, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$ 1.120.272,86, apresentando uma significativa diminuição em relação ao mesmo período de 2016, de -28,75%, conforme Tabela 25.

**Tabela 25 - Resultado Financeiro BF x DFC**

	R\$		
Resultado Financeiro BF x DFC	2017	2016	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	10.079.548,53	6.183.579,95	63,01
Caixa e Equivalente de Caixa Final	12.855.244,25	10.079.548,53	27,54
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.775.695,72	3.895.968,58	-28,75

Fonte: Siafi Web 2017.

Esse decréscimo ocorreu em virtude do aumento dos dispêndios de atividades de investimento, a despeito do aumento de caixa gerado pelas atividades operacionais, conforme evidenciado na Tabela 26.

**Tabela 26 - Atividades DFC**

	R\$		
Atividades	2017	2016	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	11.619.612,11	7.476.860,42	55,41
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-8.843.916,39	-3.580.891,84	146,98
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-

Fonte: Siafi Web 2017.

### NE 17 - Atividades operacionais – composição dos ingressos.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

No exercício de 2017, os ingressos mais expressivos para a UFGD na DFC foram o de Transferências Financeiras Recebidas que somaram R\$ 335.638.640,76. Esse valor equivale a 97,61 % do total de ingressos. Esse valor representou um aumento de 13,82% em relação ao período anterior conforme demonstrado na Tabela 27.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pela UFGD do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento, das diversas despesas da instituição.

Também pode-se apontar como relevante os ingressos relativos a Outras Receitas Derivadas e Originárias que totalizaram R\$ 1.537.531,82 representando um aumento de 154,03 % em relação a 2016 (vide Tabela 27).

Conforme o MCASP 7ª Edição, o grupo outras receitas compreende receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas administrativas, contratuais e judiciais, previstas em legislações específicas, entre outras.

**Tabela 27 - Ingressos operacionais DFC**

			R\$
Atividades Operacionais - Ingressos	2017	2016	AH (%)
	11.619.612,11	7.476.860,42	55,41
<b>INGRESSOS</b>	343.869.491,61	300.926.114,58	14,27
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	3.513.725,80	2.796.807,24	25,63
Receita Patrimonial	241.674,15	341.883,51	-29,31
Receita de Serviços	1.734.519,83	1.849.663,44	-6,23
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>1.537.531,82</b>	<b>605.260,29</b>	<b>154,03</b>
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	4.232.749,06	2.987.185,36	41,70
Intergovernamentais	4.231.066,06	1.490.040,19	183,96
Outras Transferências Correntes Recebidas	1.683,00	1.497.145,17	-99,89
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	336.123.016,75	295.142.121,98	13,89
Ingressos Extraorçamentários	482.715,99	254.140,99	89,94
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>335.638.640,76</b>	<b>294.879.012,37</b>	<b>13,82</b>

## NE 18 – Atividades operacionais – dispêndios

Entre os dispêndios de caixa mais relevantes se destacam os gastos com pessoal (Previdência, saúde e educação) que somados correspondem a R\$ 261.728.291,80 o equivalente a 78,77 % do total de dispêndios. Nesse grupo ganha destaque a educação que sofreu um aumento em relação ao exercício na ordem de 18,27 %.

**Tabela 28 - Dispêndios operacionais DFC**

			R\$
Atividades Operacionais - Dispêndios	2017	2016	AH (%)
<b>DESEMBOLSOS</b>	-332.249.879,50	-293.449.254,16	13,22
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-261.728.291,80	-230.332.538,94	13,63
Previdência Social	-11.079.754,70	-8.426.608,28	31,49
Saúde	-29.047.134,17	-34.545.881,99	-15,92
Educação	-221.585.609,82	-187.355.958,67	18,27
<b>Transferências Concedidas</b>	-34.093.157,29	-29.803.080,61	14,39
Intragovernamentais	-34.047.262,02	-29.738.984,25	14,49

Outras Transferências Concedidas	-45.895,27	-64.096,36	-28,40
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-36.428.430,41</b>	<b>-33.313.634,61</b>	<b>9,35</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-512.201,55	-209.232,29	144,80
Transferências Financeiras Concedidas	-35.916.228,86	-33.095.433,70	8,52

Fonte: Siafi Web 2017.

## NE 19 – Atividades de investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas para atender as despesas de capital.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

No exercício de 2017 não houveram ingressos provenientes desse tipo de atividade. Em contrapartida, entre os desembolsos se destaca a Aquisição de Ativo Não Circulante que correspondem principalmente a mobiliário e equipamentos, dentre outros bens permanentes adquiridos pela UFGD. Essas aquisições corresponderam a 98,23 % dos desembolsos com investimento e houve aumento de 146,98 % em relação ao exercício de 2016. (vide Tabela 29)

**Tabela 29 - Atividades de investimento DFC**

	R\$		
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH (%)</b>
	-8.843.916,39	-3.580.891,84	146,98
<b>INGRESSOS</b>	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	
<b>DESEMBOLSOS</b>	-8.843.916,39	-3.580.891,84	146,98
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.687.710,98	-3.356.438,95	158,84
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-156.205,41	-224.452,89	-30,41

Fonte: Siafi Web 2017.

## NE 20 – Atividades de Financiamento

No exercício de 2017, não houve movimentação de caixa nas atividades de financiamento para a UFGD/HU.